DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.180202-2023-225-237>.

Recebido em maio de 2023. Aprovado em julho de 2023.

ESCREVIVÊNCIA: UMA ESTÉTICA COREO-AFRO-GRÁFICA PELO DIREITO À ALEGRIA E OUTROS DIREITOS ESCREVIVÊNCIA: A CHOREO-AFRO-GRAPHIC AESTHETICS FOR THE RIGHT TO JOY AND OTHER RIGHTS

Luciana Pimenta*

Luísa Consentino de Araújo**

Resumo: Neste texto, tecemos um encontro entre a poética e a estética da escrevivência de Conceição Evaristo com a desconstrução, buscando identificar novas bases para a história dos direitos, a partir de uma história da arte de matriz afrodescendente. Buscamos, sob o marco da pesquisa em Direito e Literatura, assumindo a herança de Jacques Derrida, pensar o direito à alegria como caminho aberto para o reconhecimento de outros direitos.

Palavras-chave: Conceição Evaristo. Estética. Desconstrução. Direito e Literatura. Direito à alegria.

Abstract: In this text, we weave together the poetics and aesthetics of writing, by Conceição Evaristo, with deconstruction, seeking to identify new bases for the history of rights, based on an art history of African descent. We seek, under the framework of research in Law and Literature, assuming the legacy of Jacques Derrida, to think of the right to joy as an open path for the recognition of other rights.

Keywords: Conceição Evaristo. Aesthetics. Deconstruction. Law and Literature. Right to joy.

Escrever é dar movimento à dança-canto que meu corpo não executa. A poesia é a senha que invento para poder acessar o mundo

Conceição Evaristo

ESCREVIVÊNCIA: UMA DANÇA-CANTO QUE MOVIMENTA E INVENTA OUTROS MUNDOS

Panhar na epígrafe, como quem faz a colheita de uma matéria-fruto-palavra a ser transformada num testemunho do presente: “escrever”, “movimento”, “dança-canto”, “corpo”, “poesia”, “invento”, “mundo”: palavras que nos convocam a atuar com (e não sobre) a escrevivência de Conceição Evaristo, levando-a e sendo levados por ela, num

* Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Colíder do Grupo de Pesquisa Direito e Literatura: um olhar para as questões humanas e sociais a partir da Literatura – LEGENTES (PUC Minas – CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa Mulheres em Letras (FALE/UFMG – CNPq). Membro da Rede Brasileira de Direito e Literatura – RDL. E-mail: percirapimenta@hotmail.com.

** Mestranda em Direito e Justiça pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG/PAPG. Membro do Grupo de Pesquisa Direito e Literatura: um olhar para as questões humanas e sociais a partir da Literatura – LEGENTES (PUC Minas – CNPq). Membro da Rede Brasileira de Direito e Literatura – RDL. E-mail: consentinoluísa@gmail.com.

verdadeiro movimento dançante, a outros espaços e a uma outra estética para a existência e o pensamento (não binarizados). A considerar que este texto se performa no âmbito de legências e (des)construções inseridas e lançadas no campo dos estudos de Direito e Literatura, isso de ir abrir caminhos a outros espaços é, também, uma abertura para outros direitos, por vir e porvir, ou seja, provindos de releituras e reinvenções do passado, como aquilo que “pro-vem”, “vem de algo que já é”, tem uma ancestralidade a ser reencontrada no presente, bem como aqueles que se lançam ao acontecimento estético e poético de invenção de outros mundos possíveis.

Em “Performances do tempo espiralar”, Leda Maria Martins se refere às inscrições bailarinas, para abordar a dança do e no tempo promovida pelos corpos africanos. A pesquisadora faz coro com Thompson Farris para afirmar que “a África inaugura uma nova história da arte, uma história da arte dançante, que encontra específica e singularmente no corpo seu veículo exponencial de veridicção e de estilização” (MARTINS, 2021, p. 80). Na mesma rítmica, Fu-Kiau se refere à África como um “continente bailarino”, onde prevalece o tiro “tamborilar-cantar-dançar”, vibrações e movimentos por meio do qual criam-se cantos de paz, de força interna e de poder:

O povo do Congo tamborila, canta e dança para educar suas famílias com a cadência fornecida pelo som da música. Tamborilam, cantam e dançam para plantear seus mortos; eles tamborilam, cantam e dançam para fortalecer suas instituições. Eles produzem música e a desfrutam para estar em paz consigo mesmos, com a natureza e também com o universo. Tamborilar, cantar e dançar é um poderoso remédio espiritual “Medicin/Nkisi” (FU-KIAU apud MARTINS, 2021, p. 81).

Em Kicongo, uma das línguas Banto do Congo, “tanga” é um verbo que designa, ao mesmo tempo, os atos de escrever e dançar, donde deriva o substantivo “ntangu”, uma das designações do tempo, de modo que dançar e escrever são formas de (re)inscrever no tempo o movimento dos corpos, como coreo-grafia que tanto guarda os traços quanto os rastros e as sonoridades de uma gramática rítmica a ser lida, escutada, performada e inventada como afro-grafia.

De modo que, em nossa legência, que tanto escuta quanto lê e escreve com a poética evaristiana, a escrevivência se mostra como uma experiência coreo-gráfica dessa afro-grafia. Uma tal compreensão nos conecta à escrevivência, também, como uma estética da existência, não no sentido grego “da relação, para um homem livre, entre o exercício de sua liberdade, as formas de seu poder, e seu acesso à verdade” (Foucault, 1984, p. 220), mas no sentido ético-coletivo ou de um *corpus* cultural da existência e das experiências dos corpos afrodescentes. De modo que se uma estética da existência, em termos individuais, leva a pensar o escritor ou cada sujeito como uma obra de arte, a partir de sua atividade criativa, a escrevivência, em sua dimensão ética, que desdobra uma coreo-afro-grafia pode ser compreendida como parte de uma nova história da arte e esta, como um novo caminho para a história do direito.

COMEÇAR COM O QUE JÁ COMEÇOU

Temos uma tela em branco, com os espaços a serem preenchidos (talvez, ouvidos). Palavra a palavra a teia vai se tecendo, mão a mão, em um escrever que sempre é por cima de. “Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer?”

(Lispector, 2020, p. 8). Quando adentramos no terreiro da literatura negra afro-diaspórica, muito aconteceu antes de acontecer; muitas são as inscrições e as formas de resistência, as quais são anteriores à palavra escrita. A oralidade, em seu gesto, traduz as marcas de um corpo que é um *corpo-escrita*. A escritura que, em seu rastro, remete a um útero-mãe, e tem na mulher negra sua herança, tem no indizível e no intraduzível sua particularidade ética-estética.

Um *escrever* que é *uma maneira de sangrar*¹, mas “escrever é o único gesto possível. A forma possível de dizer o impossível” (Pimenta, 2022, p. 8). A tradução de corpos-memórias encontra no projeto estético-político-po-ético da escrevivência de Conceição Evaristo sua morada, os recursos estéticos para enfrentar a ferida aberta pela colonialidade, enfrentar o trauma; ao performar o ato testemunhal, Conceição traduz uma experiência poética para narrar o inenarrável em um presente-passado-porvir.

Neste texto, buscamos aproximar a po-ética de Conceição Evaristo à desconstrução. Buscamos, na leitura do direito e literatura, na herança de Jacques Derrida, pensar o direito à alegria no projeto histórico-político da escrevivência evaristiana, em que ética e estética se (con)fundem. Para tanto, partimos da leitura do conto “Ayoluwa, a alegria de nosso povo”, publicado em “Olhos d’água”, e dos poemas “Meu rosário” e “Meia Lágrima”, de “Poemas da recordação e outros movimentos”; buscamos, assim, percorrer a crítica e a produção literária de Conceição, seu caminho de pedras e flores, de modo a ouvir sua escrevivência.

Antes de começarmos (ou será que já começamos?), outra pergunta guia-nos nessa travessia: “quem é você, Conceição?”², pois, como falarmos de justiça sem sabermos, afinal, de qual escritora e de qual projeto estético estamos falando.

Maria da Conceição Evaristo de Brito, nascida em Belo Horizonte, na extinta comunidade Pindura Saia, na região Centro-Sul, é graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Em “Conceição Evaristo por Conceição Evaristo”, a autora se coloca como herdeira da pele negra, ao invés da cor parda, constante em seu documento:

Sou mineira, filha dessa cidade, meu registro informa que nasci no dia 29 de novembro de 1946. Essa informação deve ter sido dada por minha mãe, Joana Josefina Evaristo, na hora de me registrar, por isso acredito ser verdadeira. Mãe, hoje com os seus 85 anos, nunca foi mulher de mentir. Deduzo ainda que ela tenha ido sozinha fazer o meu registro, portando algum documento da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Uma espécie de notificação indicando o nascimento de um bebê do sexo feminino e de *cor parda*, filho da senhora tal, que seria ela. Tive esse registro de nascimento comigo durante muito tempo. Impressionava-me desde pequena essa *cor parda*. Como seria essa tonalidade que me pertencia? Eu não atinava qual seria? Sabia sim, sempre soube que sou negra (Evaristo, 2010b, p. 11, grifos no original).

¹ Ao longo do texto, a escrita vai sendo construída, tecida, com e a partir de expressões presentes na obra de Conceição Evaristo, e as quais são marcadas pelo uso do itálico.

² Em “Novos Caminhos da Crítica Literária na França”, Roland Barthes (2004) argumenta que a pergunta ao escritor e à escritora é “quem é você?”, e não mais “quanto você vale?”. No fundo, sustenta, que a pergunta “quem é você?” é o “que é literatura?” (cf. Pimenta, 2022).

Nas frases seguintes, Conceição vai traçando seu caminho de *pedras e flores*, e a ancestralidade que o atravessa: sua mãe, suas irmãs, seus irmãos, suas tias, seus tios. A partir de digressões na memória, apresenta seu percurso da infância até a vida adulta, bem como as dificuldades enfrentadas, desde menina, por conta de ser negra, mulher e pobre, e o refúgio encontrado na escrita: “a limitação do espaço físico e a pobreza econômica em que vivíamos eram resolvidas por meio de uma ficção inocente, único meio possível que me era apresentado para viver os meus sonhos” (Evaristo, 2010b, p. 15). Das definições belas sobre o gesto do cuidado, Conceição escreve que, “desde menina, aprend[eu] a arte de cuidar do corpo do outro” (Evaristo, 2010b, p. 12). Nesse percurso, observamos que, desde menina também, a prosa-poesia se fez presente, sendo sua morada habitada por palavras.

Segundo a escritora, suas histórias provêm do vivido, de sua escuta ativa, das imagens presentes no cotidiano e de sua condição de mulher, negra e provinda das classes baixas, além do seu encantamento pela palavra. Em sua escritura, celebram-se as palavras originárias das línguas africanas, as quais estão presentes em sua família e em “comunidades marcadas pelas culturas afro-brasileiras” (Evaristo, 2011, p. 111). Aqui, é importante sinalizar o uso do plural para a referência às culturas, considerando que os entrelaçamentos são múltiplos e diversos, como também lembra Lélia Gonzalez (2020) desde a década de 1980.

Para além do depoimento pessoal da autora, temos que Conceição, apesar das pedras, é uma escritora premiada: Prêmio Jabuti na categoria Contos (2015); Prêmio do Governo de Minas Gerais pelo conjunto de sua obra (2017); Prêmio Faz a Diferença na categoria Prosa (2017); Prêmio Cláudia na categoria Cultura (2017); homenageada com a Ocupação Conceição Evaristo pelo Itaú Cultural (2017); Prêmio Nicolás Guillén de Literatura pela Caribbean Philosophical Association (2018); Prêmio Mestra das Periferias pelo Instituto Maria e João Aleixo (2018). “Escritora homenageada em diversas Feiras Literárias, a mãe de Ainá – sua especial menina – em 2019, teve 3 de seus 7 livros, aprovados no [Programa Nacional do Livro Didático –] PNLD Nacional e também foi a escritora Homenageada da Olimpíada de Língua Portuguesa pelo Itaú Social” (IEA, 2022).

Conceição estreou no número 13 dos “Cadernos Negros”, em 1990, coletânea organizada pelo grupo Quilombhoje, de grande importância para conferir visibilidade às produções da literatura afro-brasileira (Duarte, 2014). Conforme depoimento concedido a Eduardo de Assis Duarte, “com a agitação literária no final dos anos de 1980”, participava “das reuniões do ‘Coletivo de Escritores Negros do Rio de Janeiro’, mas salienta que, “foi a antologia paulista [“Cadernos”] a responsável pela divulgação” de seus trabalhos, sendo os “Cadernos” uma “referência para pesquisadores brasileiros e estrangeiros” (Evaristo, 2011, p. 108).

“O lugar de sua estreia literária muito tem a dizer de sua escrita. Essa voz quilombola na literatura [que] se coloca na alforria e não na reclusão dos ‘guetos” (Araújo, 2022, p. 286), é autora de grande produção crítica e literária, destacando-se

Ponciá Vicêncio, 2003 (romance); *Becos da Memória*, 2006 (romance)³; *Poemas da recordação e outros movimentos*, 2008 (poesia); *Insubmissas lágrimas de mulheres*, 2011 (contos); *Olhos d'água*, 2014 (contos); *Histórias de leves enganos e pareanças*, 2016 (contos); *Canção para ninar menino grande*, 2018 (romance).

Passamos, enfim, ao começo depois do começo, com outro questionamento: “será que alguém escreve o texto do outro?” (Evaristo, 2011, p. 116).

DESCONSTRUÇÃO E ESCRIVÊNCIA: CAMINHOS OUTROS PARA O DIREITO

A desconstrução provém do impossível e pensa o impossível (Duque-Estrada, 2008). Segundo Jacques Derrida, em *Psyché, Invention de l'autre*, a “desconstrução jamais se apresentou como algo possível [...] ela nada perde ao confessar-se impossível [...]. O perigo para uma tarefa de desconstrução seria antes a *possibilidade*, e tornar-se um conjunto disponível”. Na verdade, “o interesse da desconstrução, de sua força e de seu desejo, se ela os tem, é certa experiência do impossível: isto é [...] *do outro*, a experiência do outro como invenção do impossível”, ou seja, “como a única invenção possível” (Derrida, 2018, p. 73, grifos no original).

Derrida argumenta que os questionamentos desconstrutivos, os quais desestabilizam certezas e oposições cartesianas⁴, são questionamentos sobre o direito e a justiça; este lugar, se algo do tipo existir, é o mais próximo à desconstrução. A instituição da justiça como direito tem por fundamento si mesma e demanda uma força performativa; logo, há uma violência performativa instituidora e interpretadora, à qual não se pode considerar ser injusta em si (ilegais e/ou ilegítimas), considerando que o momento instituidor ultrapassa a oposição do fundado e do não-fundado. De acordo com ele, “nenhum discurso justificador pode, nem deve assegurar o papel da metalinguagem instituinte ou à sua interpretação” (Derrida, 2018, p. 24).

Isso implica dizer que há um limite discursivo em si próprio, o qual Derrida denomina “místico”. Ainda que essa performatividade instituidora funde um direito em que haja transigências prévias, esse limite discursivo reaparecerá “na origem suposta das ditas condições, regras e convenções – e de sua interpretação dominante” (Derrida, 2018, p. 26). Nesse arranjo, o direito é, portanto, desconstruível.

Desconstruível, pois (1) “constituído sobre camadas textuais interpretáveis e transformáveis”, ou (2) “porque seu fundamento último, por definição, não é fundado” (Derrida, 2018, p. 27). Por essa estrutura, tem-se que a justiça não é desconstruível, assim como a desconstrução; a desconstrução é a justiça. Com efeito, por transbordar as fronteiras do binarismo convencional-natural, o direito (justiça como direito) é construível; por consequência, passível de ser desconstruído, de modo a possibilitar a desconstrução (justiça) como uma questão de direito e a ela relacionada.

³ Embora Ponciá Vicêncio tenha sido o primeiro livro publicado pela autora, *Becos da Memória* é o primeiro romance de Conceição Evaristo, escrito entre 1987 e 1988, com publicação cerca de vinte anos após a escrita.

⁴ “*Différance* é o deslocamento dessa lógica oposicional” (DERRIDA, 2018, p. 13).

Nesse sentido, Derrida (2018) elenca três proposições: (1) a desconstrutibilidade do direito possibilita a desconstrução; (2) a indesconstrutibilidade da justiça possibilita, da mesma forma, a desconstrução, podendo com ela ser confundida; (3) por conta das proposições anteriores, verifica-se que, no intervalo entre a primeira e a segunda, encontra-se a desconstrução como “experiência do impossível” (aporia), um “apelo à justiça” (Derrida, 2018, p. 26-30).

O direito não é a justiça, pois é da ordem do calculável, do juízo de subsunção do fato à norma, o qual respeita o direito, mas, talvez, não a justiça. A justiça, ao contrário, por ser uma experiência aporética, não é garantida por uma regra instituída, pois é singular, e não uma abstração genérica e essencialista.

A desconstrução possibilita, então, caminhos outros ao direito. Nesses caminhos outros, encontramos a escrevivência como estratégia político-discursiva de resistência (Pimenta *et. al.*, 2021), através da qual observamos outras chaves de leituras e a abertura a novas epistemologias, outras narrativas, outras vidas.

Escrevivência, em um primeiro momento, é a junção morfológica dos termos “escrever” e “viver”, fornecendo o sentido de se escrever vivências. Entretanto, não só. Conceição Evaristo afirma que intrínseco ao termo escrevivência há a imagem da Mãe Preta, com seu jogo referencial. A “Escrevivência como um fenômeno diaspórico e universal” (Evaristo, 2020b, p. 29) encontra um corpo-mulher não como presença primeira, mas como uma cadeia de sentidos, os quais são construídos, e, portanto, desconstruíveis. A potência desse corpo-mulher, em sua escrita, *corpo-escrita*, conjuga a oralidade de uma ancestralidade com a letra, *milenária letra*, em que vida e ficção se (con)fundem: “escrita e vivência, escrita e existência, é amalgamar vida e arte, Escrevivência” (Evaristo, 2020b, p. 31). Nos abebês dos mitos africanos encontram-se os deslocamentos dessa escrita. Uma nova história se performa a muitas vozes, a muitos corpos:

A partir de uma escrita (des)construída (ou sangrada) ao redor de vidas subalternizadas, invisibilizadas e costuradas com “fios de ferro”, Evaristo demonstra ao que se propõe a “escrevivência”, em suas dimensões que extrapolam o aspecto estritamente ficcional, consubstanciando-se em uma poética do que vive e reivindica a vi(n)da justiça (PIMENTA *et. al.*, 2021, p. 259).

Essa vi(n)da justiça é aquela infinita, devida ao outro, irreduzível e indesconstruível, é o próprio movimento da desconstrução, “singularidade sempre outra”, a agir no direito (Derrida, 2018). O movimento desconstrutor, o qual tem por impulso a justiça como aporia, ou seja, experiência do impossível, se relaciona a ideia de democracia por vir (Derrida, 2014). A partir dessa noção, há a abertura à reinvenção, de maneira a se relacionar com a literatura; e com a leitura aqui empregada do direito e literatura. “A escrita literária é compreendida como uma cadeia de *rastros* que não comporta qualquer significado originário ou primeiro que possa ser submetido ou julgado” (Silva, 2021, p. 43, grifos no original).

Carla Rodrigues (2008) argumenta que, no rastro de Derrida, a tradição da metafísica ocidental colocou como unidade natural a sobreposição do significado (sentido

– fala) ao significante (palavra – escritura). Nesse sentido, tem-se um significado transcendental que assume o caráter de verdade como presença, sendo este alcançado por via da hermenêutica, da analítica ou da fenomenologia. Na desconstrução, por sua vez, há a desestabilização da lógica binária, de modo a não se instituir novas hierarquias⁵. Simultaneamente, há a inversão entre o significado e o significante, e o deslocamento à ideia de jogo de significantes: esse deslocamento é permanente em seu rastro, de maneira a não se ter um conceito, mas sim um “quase-conceito”, o qual têm remissões infinitas, não se encontrando uma origem (presença originária). Passa-se, então, a “lógica” da *différance*.

Escreve Geoffrey Bennington, “no sistema de diferenças que é a língua, todo significante funciona remetendo a outros significantes, sem que se chegue nunca a um significado”, de maneira que “um significado não é mais do que um significante posto numa certa posição por outros significantes: não existe significado ou sentido, só há ‘efeitos’” (Bennington; Derrida, 1996, p. 30).

Assim, na performance dessa estranha instituição, há a transgressão às normativas e, no espaço da democracia – e somente nele –, há a abertura à reinvenção e a direitos outros. A indignação ética da escrevivência que conjuga uma estética afro-diaspórica própria, consubstancia uma poética quilombola de vivências, que reivindica essa vi(n)da justiça, com a finalidade de incomodar, subverter narrativas e papéis, criticar e trazer à tona uma história de vozes e corpos que foram apagados e silenciados na lâmina e no papel. *Cremos nessa milenária letra, no corpo-escrita* que resgata o rastro de uma outra história. *Cremos nesse corpo-caminho*.

CORPO-CAMINHO E O GRITO DO GRITO DO GRITO DA JUSTIÇA

*Vou e volto por entre as contas de meu rosário,
que são pedras marcando-me o corpo-caminho.*

*E neste andar de contas-pedras,
o meu rosário se transmuda em tinta,
me guia o dedo,
me insinua a poesia.*

*E depois de macerar conta por conto do meu rosário,
me acho aqui eu mesma
e descubro que ainda me chamo Maria
Conceição Evaristo*

⁵ Em “Posições”, Derrida escreve que “desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia. Descuidar-se dessa fase de inversão significa esquecer a estrutura conflitiva e subordinante da oposição. Significa, pois, passar muito rapidamente – sem antes qualquer controle sobre a oposição anterior – a uma *neutralização* que *praticamente*, deixa intacto o campo anterior, privando-se de todos os meios de aí intervir efetivamente. [...] É preciso, também, por essa escrita dupla, justamente estratificada, deslocada e deslocante, marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante ou idealizante da oposição em questão e, de outro, a emergência repentina de um novo ‘conceito’, um conceito que não se deixa mais – que nunca se deixou” – compreender no regime anterior” (Derrida, 2001, p. 48-49).

Dos traços específicos da escrevivência, temos a auto apresentação da mulher negra no e pelo discurso literário (Evaristo, 2005a).

Como observa Lelia Gonzalez (2020), a imagem da mulher negra fica circunscrita ao passado escravocrata em que era reduzida a mãe preta, a mucama e a mulata, atualizando, através do mito da democracia racial no imaginário brasileiro, para a doméstica e as rainhas de bateria durante o carnaval. Em outras palavras, a imagem da mulher negra fica atrelada à máscara colonial do silenciamento (Kilomba, 2019). Por tais razões, com vistas a inverter e deslocar este discurso, Mirian Cristina dos Santos traz, em sua pesquisa de doutorado, as intelectuais negras, dentre as quais verificamos Conceição Evaristo.

Segundo Mirian Santos (2018), Conceição traz as opressões que atravessam o corpo-mulher-negra, bem como subverte a representação do negro, em especial da mulher, no discurso literário. Em sua crítica, confere visibilidade às culturas africanas e afro-brasileiras, de maneira a evidenciar as pessoas colocadas à margem. Por consequência, Mirian argumenta, na linha de bell hooks, que Conceição é uma intelectual que trata das “políticas do cotidiano”, invertendo o papel ao qual à mulher negra foi colocada, qual seja, de um *corpo-prazer* e *corpo-procriação*, para um corpo-intelectual negro. Em que pese a dimensão desconstrutora da reflexão da pesquisadora Mirian Santos, entendemos ser ainda mais consistente pensar Conceição Evaristo como um corpo-pensante, representante de uma história que se pensa não apenas com o intelecto, mas como toda a corporeidade da voz que vem a ser escrita.

Essa ideia de resistência ao discurso hegemônico de cordialidade que circula no vocabulário brasileiro, encontra, em Conceição, uma potencialidade desconstrutora, pois inverte o discurso quanto à mulher negra, retirando-a da posição de subalternidade em que foi e é colocada pelo cânone, bem como desloca, continuamente, o quase-conceito mulher negra. Em nosso poema-epígrafe há “Meu rosário”, em que, após “escolher entre vários possíveis que habitam a mesma injunção” (Derrida, 1994, p. 33), isso é, após escolher a sua herança, seu *corpo-caminho* marcado por *contas-pedras*, essas são ressignificadas – ou significadas – na escritura, e a autora se descobre enquanto mulher-negra-que-escreve. Essa escrita, que se (con)funde ao viver (Evaristo, 2010b), compreende a ressonâncias de *vozes-mulheres*:

[...] observamos a trajetória de várias gerações: bisavó, avó, mãe e filha, desde os porões dos negreiros até a contemporaneidade, as quais são atravessadas por temporalidades. [...]

[Observamos] a voz de Maria Firmina ao conferir voz à Preta Suzana, ao trazer os porões dos negreiros, em uma narrativa anterior ao poema de Castro Alves “O Navio Negreiro” (1870). Há, também, a voz de Carolina, ao dizer do desfavelamento, da miséria e da fome. A voz de Conceição em Conceição, bem como as vozes de sua mãe, de suas irmãs, de sua filha. Conceição, em suas “águas-lembranças”, traz, ainda, as vozes de tantas outras autoras afro-brasileiras, como Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves, Lia Vieira, Celinha, Roseli Nascimento, Ana Cruz, Mãe Beata de Iemonjá (Evaristo, 2005a) [...] (Araújo, 2022, p. 288).

As potencialidades dessa cadeia de ressonâncias repousam na ideia de rastro. “O rastro não é somente a desapareição da origem, ele quer dizer aqui - no discurso que proferimos e segundo o percurso que seguimos”, escreve Derrida, “que a origem não

desapareceu sequer, que ela jamais foi retroconstituída a não ser por uma não-origem, o rastro, que se toma, assim, a origem da origem” (Derrida, 2011, p. 75). Em outras palavras, não há uma presença que seja originária, mas sim há um jogo de significantes em remissões contínuas, ou seja, rastros. Como observamos em “Meia lágrima”, Conceição, em seus movimentos ancorados na recordação, traz os rastros dessa ancestralidade que se coloca como herdeira:

Não,
a água não me escorre
entre os dedos,
tenho as mãos em concha
e no côncavo de minhas palmas
meia gota me basta.

Das lágrimas em meus olhos secos,
basta o meio tom do soluço
para dizer o pranto inteiro.

Sei ainda ver com um só olho,
enquanto o outro,
o cisco cerceia
e da visão que me resta
vazo o invisível
e vejo as inesquecíveis sombras
dos que já se foram.

Da língua cortada,
digo tudo,
amasso o silêncio
e no farfalhar do meio som
solto o grito do grito do grito
e encontro a fala anterior,
aquela que emudecida,
conservou a voz e os sentidos
nos labirintos da lembrança.
(Evaristo, 2017, p. 85-86, grifos nossos).

Vemos uma dialogicidade entre partes e o todo: “meia gota”, “meio tom”, “um só olho”, “língua cortada”, “meio som”; “pranto inteiro”, “digo tudo”. Em nossa legênciã, dessas metades Conceição traz uma concepção da história lacunar, contada pela metade, sendo a outra parte apagada. Ainda que haja esse arranjo, a voz que foi emudecida por uma cartografia de poder, encontra as outras vozes também apagadas e solta o grito. O grito, que por vezes remonta ao abjeto, se apresenta como resistência, como o *estilhaçar a máscara do silenciamento*. Nessa tessitura de vozes, observamos ainda o direito de narrar a própria história, a partir do próprio corpo, e o direito ao grito (Lispector, 2020).

Como escreve Assionara Souza, “todos os caminhos levam ao corpo”. *Corpo-escrita, corpo-letra, corpo-tempo, corpo-história, corpo-caminho...*

APESAR DAS ACONTECÊNCIAS DO BANZO, “AYOLUWA” E O DIREITO À ALEGRIA COMO UM ACENO PARA OUTROS DIREITOS

*Apesar das acontecências do banzo
há de nos restar a crença
na precisão de viver
e a sápiete leitura
das entre-falhas da linha-vida.*

*Apesar de ...
uma fé há de nos afiançar
de que, mesmo estando nós
entre rochas, não haverá pedra
a nos entupir o caminho.*

*Das acontecências do banzo
a pesar sobre nós,
há de nos aprumar a coragem.
Murros em ponta de faca (valem)
afiam os nossos desejos
neutralizando o corte da lâmina.*

*Das acontecências do banzo
brotará em nós o abraço a vida
e seguiremos nossas rotas
de sal e mel
por entre salmos, Axés e aleluias
Conceição Evaristo*

Apesar das acontecências do banzo, o corpo, sobre o qual está a pesar, tem a semente da árvore-vida, cujas raízes móveis, se deslocam e se movimentam nas letras deste *corpo-escrita*. O entre as águas e a terra de *sal e mel*, este permanece na travessia, e *apesar de...* encontrar pedras, estas não impedirão o caminho. O entre *axés e aleluias* se grafam na escritura desse corpo que segue suas rotas. O entre. Na *différance*, o rastro do rastro. Entre o direito e a literatura há vozes emudecidas, corpos apagados, que neste “e” talvez se faça justiça, nessa operação infinita da desconstrução. O rastro, em Conceição, talvez seja o grito do grito do grito que ao se desprender da garganta traz outras vozes, outros corpos, costurados com fios de ferro nos entremeios da memória.

Creemos nesse corpo que apesar das acontecências, segue tecendo as vozes de novas vi(n)das. Nesse percurso em que ouvimos (será que ouvimos?) “os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vão das portas, contando em voz alta umas para as outras as suas mazelas, assim como as suas alegrias” (Evaristo, 2020a, p. 52), observamos *Marias, Duzu-Querenças, Natalinas, Luamandas, Ponciás, Lumbiás, Ardocas*, mulheres e homens negros que, na cartografia de um passado que se faz presente, tem uma ferida aberta e que sangra. Como falar, então, na alegria frente à ferida e ao banzo?

Segundo Nei Lopes (2014), o termo “banzo” tem, em sua etimologia, o quicongo *mbanzu* (“pensamento”, “lembrança”) ou o quimbundo *mbonzo* (“saudade”, “paixão”, “mágoa”). Consiste no estado depressivo e de nostalgia em que africanos e africanas trazidos às Américas para serem escravizados e escravizadas sucumbiam. O banzo, em seu rastro, tem, então, a memória de um útero-mãe do qual foram arrancados e arrancadas brutalmente em prol de um discurso de civilização e progresso. Essa memória, que ainda é presente, aparece em diversos momentos na poesia e na prosa de Conceição Evaristo. Nos detendo em “Ayoluwa, a alegria de nosso povo”, observamos que o conto é o último a compor o livro “Olhos d’água”⁶, publicado em 2014, pela Editora Pallas.

Na narrativa, temos um povoado em que impera o banzo: faltava provisões, pessoas para trabalhar, faltava vida; “e, com tristeza a falta de lugar em um mundo em que eles não se reconheciam e nem reconheciam mais, muitos se foram” (Evaristo, 2016, p. 112). Em meio a esse estado, Bamidele, fazendo jus ao seu nome, trouxe a esperança com seu útero-vida. O seu gestar fecundou a todas e todos no povoado e, dessa terra fecunda em que se via uma descendência ancestral, nasceu a alegria do povo: Ayoluwa.

A alegria, apesar das acontecimentos do banzo, é Ayoluwa, a alegria de nosso povo, filha de Bamidele, a esperança. Essa alegria que remete à história da África em seus deslocamentos, que, apesar de..., traz a crença em novas vidas. Não é o que o direito à alegria é, mas sim o que ele *faz*. É indecível, remete a várias significações, rastro do rastro do rastro, ou o grito do grito do grito. Não há uma gramática, tão menos uma lei, uma normativa, mas uma afro-grafia inventora e construtora de novos mundos e direitos de existir, a partir de sua própria história. O direito à alegria se performa na escritura, na escritura do corpo, que escreve se inscrevendo e (re)escrevendo o tempo. A literatura, como instituição que permite tudo dizer, faz do compromisso ético da desconstrução a justiça em sua forma estética, a reinvenção da história no movimento coreo-afro-gráfico da

Escrevivência

UMA PALAVRA EM SEU POR VIR

É numa nova história da arte, uma história-escrita provinda do tamborilar-cantar-dançar dos corpos afrodescentes, produzida a partir da desconstrução de uma história eurocêntrica de formas de viver e atuar no mundo que, num encontro com o direito à alegria, a escrevivência evaristiana nos lança a pensar direitos que só podem ser provenientes de uma revolução estética, instalada e performada em um novo regime de pensamento - um pensamento estético-poético - proveniente de uma carga vivencial e corporal de uma cultura que expressa a identidade entre saber e viver, ser e padecer, agir e inventar.

⁶ O texto, premiado com o terceiro lugar no Prêmio Jabuti de 2015, na categoria “Contos”, foi publicado com subsídios da Fundação Biblioteca Nacional (Ministério da Cultura) por meio do Edital de Apoio à Coedição de Livros de Autores Negros, firmado em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPP/PR.

Um tanto na linha de Rancière, para quem a revolução estética “abre espaço para elaboração de uma ideia de pensamento e de uma ideia correspondente de escrita”, seguimos comungando e fazendo da escrita testemunhal evaristiana um *locus* revolucionário para pensar novos direitos, que tornem possível novas formas de existir e, pois, novos mundos em existência.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Luísa Consentino de. Nas “águas-lembranças” de Conceição Evaristo: ressonâncias, atravessamentos e formação discursiva afro-brasileira. In: PIMENTA, Luciana; BENTES, Hilda (org.). *LEGENTES: desconstrução e caminhos outros para ler em Direito e Literatura*. São Paulo: Dialética, 2022. p. 279-297.
- BARTHES, Roland. Novos caminhos para a crítica literária na França. In: BARTHES, Roland. *Inéditos* – vol. I. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 36-41.
- BENNINGTON, Geoffrey; DERRIDA, Jacques. *Jacques Derrida*. Tradução por Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Tradução Leyla Perrone-Moises. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradutores Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. Escolher sua herança. In: DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã... Diálogos*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 9-31.
- DUARTE, Eduardo. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Rassegna iberistica*, Veneza, v. 37, n. 102, p. 259-279, dez. 2014.
- DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. Sobretudo... o perdão. (Im)possibilidade, alteridade, afirmação. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (org.). *Espectros de Derrida*. Rio de Janeiro: NAU Editora; Editora PUC-Rio, 2008. p. 13-38.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b. p. 26-46.
- EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In: DUARTE, Constância Lima (org.). *Escritoras mineiras: poesia, ficção, memória*. Belo Horizonte: FELE/UFMG, 2010b. p. 11-17.
- EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo. Depoimento concedido a Eduardo de Assis Duarte. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Vol. 4 – História, teoria, polêmica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 103-116.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a. p. 48-54.
- EVARISTO, Conceição. Da representação a auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, Brasília, n. 1, p. 52-57, ago. 2005a.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza M. de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária – UFPB, 2005b. s./p.

- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, jul./dez. 2009.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010a. s./p.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020c.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- INSTITUTO de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo. *Conceição Evaristo*. 2022. Elaborado por Sandra Sedini. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoac/conceicao-evaristo>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.
- LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Cobogó, 2021.
- PIMENTA, Luciana et. al. A escriturabilidade de Conceição Evaristo como estratégia político-discursiva de resistência: uma leitura da tessitura poético-corporal-negra em “Olhos d’água”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 251-261, maio-ago. 2021.
- PIMENTA, Luciana. A palavra contra o muro e o gesto po-ético-político de exumar a história da ditadura militar brasileira. *Revista Dobra*, Lisboa, n. 10, p. 1-13. 2022.
- RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. Trad. de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.
- RODRIGUES, Carla. Mulher, verdade, indecidibilidade. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (org.). *Espectros de Derrida*. Rio de Janeiro: NAU Editora; Editora PUC-Rio, 2008. p. 91-118.
- SANTOS, Mirian Cristina dos. *Intelectuais negras: Prosa negro-brasileira contemporânea*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- SILVA, Fransuelen Geremias. *Direito e Literatura: a desconstrução dos limites entre verdade e ficção no testemunho, a partir de Jacques Derrida*. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- SOUZA, Assionara. *Nem isso [Assionara Souza]*. Disponível em: <https://www.facebook.com/assionarasouza/posts/421840842060943>. Acesso em: 29 set. 2021.

Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.